

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 253

Período: 16/06/07 a 22/06/07

GEDES – Brasil

- 1- Patente de coronel do Exército concedida a Carlos Lamarca gera polêmica
- 2- Centro da Marinha estreará nova geração de ultracentrífugas e governo segue com o programa de capacitação nacional em energia nuclear
- 3- Discussões acerca da crise aérea brasileira
- 4- Secretário Nacional de Segurança Pública evidencia oposição em Brasília ao emprego das Forças Armadas no Rio de Janeiro

1- Patente de coronel do Exército concedida a Carlos Lamarca gera polêmica

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a decisão da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça de conceder patente de coronel do Exército a Carlos Lamarca e de pagar pensão a sua viúva - além de indenização milionária à família - gerou polêmica entre os militares, pois o guerrilheiro é considerado um ícone da deserção. Para Sérgio Ferolla, tenente-brigadeiro reformado e ex-presidente do Supremo Tribunal Militar (STM), a decisão referendada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) é uma ofensa às Forças Armadas, já que para ele Carlos Lamarca cometeu crimes de alta traição. Acerca da abertura dos arquivos da ditadura, Ferolla declarou, em entrevista ao jornal, ser favorável e que não são os militares que são contrários, mas outros setores que têm “interesse de manter embaixo do tapete bastidores de temas que os comprometem”. O presidente do Clube Militar, general da reserva Gilberto Barbosa de Figueiredo, qualificou a atitude da Comissão como uma manifestação do revanchismo da esquerda remanescente da luta armada da década de 1970 e classificou Lamarca como falso herói. O cientista político Leôncio Martins Rodrigues interpreta a questão como uma inversão de valores da sociedade brasileira, já que o guerrilheiro não lutou a favor da democracia, mas, sim, da instauração de outra ditadura. O advogado Ariel de Castro Alves, coordenador de Movimento Nacional de Direitos Humanos e integrante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (Condepe) de São Paulo, considera a decisão como positiva, uma vez que para ele, Lamarca é um ícone da resistência armada à ditadura e, por isso não causaram surpresa as reações dos militares. Apesar das reações contrárias, Tarso Genro, ministro da Justiça, e Paulo Abrão Pires Júnior, presidente da Comissão de Anistia, consideram a decisão importante e positiva, tanto em termos jurídicos quanto políticos. Abrão, mesmo considerando que algumas indenizações concedidas foram altas demais, destacou que o valor nunca pagaria o preço de nenhuma tortura. Para ele, ademais, a decisão do caso Lamarca foi eminentemente técnica, ou seja, não foi feito nenhum juízo de valor em relação à militância do Lamarca, pois a decisão foi baseada no veredicto da Justiça Federal de São Paulo de 1993, referendada pelo Superior Tribunal de Justiça, em 2002, que considerou que a ditadura havia lhe trazido prejuízo material e que Lamarca, enquanto desertor, poderia ser anistiado. Para César Queiroz Benjamin, candidato a vice-presidente da República em 2006 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e ex-presos político durante o regime militar (1964-1985), em opinião

vinculada ao *Jornal do Brasil*, de 17/06, as indenizações em dinheiro concedidas aos anistiados deveriam ser exceção, e não regra, pois estariam gerando a impressão de que os que lutaram contra a ditadura estariam querendo aproveitar-se da situação para obtenção de facilidades no custo de vida. (Folha de S. Paulo – Brasil – 17/06/07; *Jornal do Brasil* – Informe JB – 17/06/07; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 16/06/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/06/07).

2- Centro da Marinha estreará nova geração de ultracentrífugas e governo segue com o programa de capacitação nacional em energia nuclear

O jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou que está prevista para entrar em operação, a partir de 2008, uma nova geração de ultracentrífugas, desenvolvida pelo Centro Tecnológico da Marinha (CTMSP) – agência responsável pelo desenvolvimento dos equipamentos da Força Naval –, que realizará o processo de enriquecimento de urânio em um nível de eficiência 40% maior do que as operadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) hoje. Além disso, uma terceira série dessas máquinas de alta tecnologia, em fase de testes e com previsão para operacionalização a partir de 2011, estaria sendo trabalhada a fim de superar novamente em 40% o grau de eficácia da versão prevista para 2008. Para o almirante Carlos Bezerril, diretor do CTMSP, o programa nuclear brasileiro estaria ganhando um salto de qualidade e produtividade no sistema com essa evolução tecnológica. A produção de ultracentrífugas, no entanto, compreenderia um assunto delicado na avaliação de Tony Harrington, ex-consultor das Nações Unidas na questão do desarmamento, para quem a preocupação atual da não-proliferação vem abrangendo não só a capacidade de construção da bomba atômica, como principalmente o domínio dos métodos de enriquecimento de urânio. A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) informou que qualquer modificação nas centrífugas utilizadas pelo Brasil em suas plantas nucleares deverá ser informada à instituição. Segundo o diretor do CTMSP, os inspetores da AIEA não terão acesso às novas ultracentrífugas bem como à verificação do funcionamento das unidades originais. De acordo com o diretor do Centro de Comunicação Social da Marinha, comandante Paulo Farias Alves, o Comando da Aeronáutica elaborou um roteiro para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conheça o Centro Experimental de Aramar, em Iperó, estado de São Paulo, local onde permanecem as novas ultracentrífugas, no dia 10/07/07. A visita foi marcada após a AIEA exigir informações sobre quaisquer modificações nas ultracentrífugas nucleares, além de cobrar inspeções no equipamento realizadas de acordo com o mesmo padrão vigente. O jornal recordou que, entre 2003 e 2004, o Centro Tecnológico da Marinha ocultou conjuntos de máquinas, porém, o acesso à informação que o controle da agência requeria foi preservado, ou seja, somente os peritos da AIEA souberam a quantidade de urânio em forma de gás que entrava no sistema e o quanto de material enriquecido era extraído. A fim de conhecer os detalhes do programa de capacitação nacional em energia nuclear, o presidente da República também conhecerá os planos de criação dos sistemas compactos de propulsão nuclear para um submarino de ataque, projeto que, embora tenha sido descartado como prioridade da Marinha, acabou sendo resgatado na redefinição do plano de reaparelhamento como um objetivo de longo prazo. O

tempo previsto para que os técnicos da força naval projetem e construam essa unidade é de 11 anos; porém, antes disso, será necessário testar e completar um reator PWR (de água pressurizada) de 48 MegaWatts. Segundo o jornal, o reator está pronto na unidade da Marinha em Aramar, mas as peças maiores estão ainda desmontadas e valem US\$ 130 milhões. A Marinha ainda precisa completar as etapas estratégicas do projeto, ou seja, o ciclo do combustível, a geração de energia, a propulsão e a infra-estrutura. Para isso são necessários R\$ 1,040 bilhão. O reator expandido poderá produzir eletricidade a partir de usinas regionais, que devem ser construídas pelo governo, sendo que duas das oito pretendidas se localizarão na região sudeste. Os municípios que irão sediar as usinas já estão sendo escolhidos pela empresa estatal responsável pela construção delas, a Eletronuclear, que também pretende construir uma das usinas no Nordeste, devido à alta demanda por eletricidade. O *Estado* ainda afirma que o novo programa nuclear brasileiro não recebeu aprovação oficial do governo, porém, conta com o respaldo do Programa Nacional de Energia (PNE); além disso o programa prevê a necessidade de mais 4000 megawatts em energia nuclear, além de Angra 3 (com potência de 1,3 mil MW). O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o governo brasileiro já gastou cerca de R\$ 1,5 bilhão em Angra 3 e que, embora a usina nuclear ainda não tenha sido construída, os equipamentos foram comprados, os estudos finalizados e foram iniciadas as obras civis. O governo espera que a energia comece a ser gerada por Angra 3 no fim de 2012. São necessários R\$ 7,2 bilhões para a conclusão da obra e contrário a usina se posiciona somente o Ministério do Meio Ambiente, enquanto o presidente Lula, os ministros da Casa Civil, de Minas e Energia e da Ciência e Tecnologia se manifestaram favoráveis a ela. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/06/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/06/07; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 21/06/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/06/07; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 21/06/07).

3- Discussões acerca da crise aérea brasileira

Os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* informaram que controladores de voo entregaram a integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão um dossiê com documentos que comprovariam os problemas apontados por eles no controle de tráfego aéreo e nos equipamentos. O dossiê contém incidentes recentes em que aviões poderiam ter se chocado por falha na comunicação ou de radar. Segundo Marcelo Castro, presidente da CPI, os controladores “nunca haviam apresentado a versão deles. A comissão vai se debruçar sobre o relatório”. De acordo com os jornais a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, os controladores efetuaram, nos dias 19 e 20 de Junho, uma nova operação padrão, com espaçamento entre as aeronaves monitoradas, no Centro Integrado de Defesa e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta-1), localizado em Brasília, provocando atrasos nos vôos de todo o país sob a alegação de que os equipamentos não se encontravam em condições ideais de trabalho. Mesmo após uma avaliação técnica da Aeronáutica que permitia a utilização dos equipamentos, a mesma optou por trocar os aparelhos que, segundo os controladores, apresentavam falhas que já foram comunicadas à Força Aérea Brasileira (FAB), a qual nunca teria tomado providências. O chefe do Cindacta-1 ameaçou punir os

responsáveis pela operação, mas os controladores continuam afirmar que os equipamentos apresentam problemas. Oficiais da Aeronáutica afirmaram que a operação padrão foi apenas uma demonstração de insatisfação da categoria e que pode gerar investigação e punições. De acordo com o *Jornal do Brasil*, durante o seminário 'Um novo modelo de Gestão do Transporte Aéreo', realizado em São Paulo, a crise aérea mais uma vez foi discutida. O presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira, admitiu a possibilidade de privatizar aeroportos do país, mas afirmou que um eventual processo precisa considerar o que ocorrerá com terminais pouco rentáveis. Durante o seminário, o senador Demóstenes Torres disse que o Ministério da Defesa tem atualmente apenas um papel simbólico na crise aérea do país e que o ministro da Defesa, Waldir Pires, é "incompetente". De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o governo delegou a responsabilidade pela crise à Aeronáutica. A *Folha* ainda noticiou que a FAB determinou no dia 20/06/07 a prisão administrativa do sargento Carlos Trifílio, líder dos controladores em São Paulo e presidente da Federação Brasileira das Associações de Controladores de Tráfego Aéreo (Febracta). Trifílio foi punido pela FAB após ter concedido entrevistas não autorizadas. A prisão será cumprida na base aérea de São Paulo. Em relação à toda a discussão sobre a crise, o ministro da Defesa afirmou que a eficiência do Brasil no controle aéreo levará aproximadamente um ano, período necessário para que novos controladores de tráfego aéreo sejam treinados. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, afirmou que não há falhas nos equipamentos de controle do tráfego aéreo, mas sim "má vontade" por parte dos controladores. Segundo Saito, a questão da desmilitarização do setor aéreo está fora da pauta de discussões; prova disto é que o governo está negociando a criação de uma carreira militar de controlador, abrangendo sete especialidades, como meteorologistas, especialistas em avião, especialistas em comunicações, etc. Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, Eliane Cantanhêde criticou a postura do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, diante o problema com os controladores de vôo. Segundo a colunista, o presidente desautorizou por duas vezes o Comando da Aeronáutica a tomar medidas cabíveis com relação aos sargentos líderes do movimento dos controladores, optando por enviar os ministros da Defesa, do Trabalho e do Planejamento para negociar. E agora, diante do caos instaurado, da quebra da hierarquia militar, Lula determinou que a Aeronáutica fosse severa nas punições aos controladores. De acordo com a *Folha*, o Palácio do Planalto divulgou que a postura de Lula é que "a Aeronáutica deve tomar todas as medidas que considerar adequadas para estabelecer o fluxo e a normalidade do tráfego aéreo". De acordo com o *Estado de S. Paulo*, os integrantes da CPI do Apagão Aéreo ofereceram-se para intermediar a crise entre o Comando da Aeronáutica e os sargentos controladores de vôo, temendo que os problemas nos aeroportos brasileiros agravem-se. No entanto, o jornal divulgou que tal iniciativa poderia insultar ainda mais os ânimos dos envolvidos, destacando que para oficiais da FAB os membros do poder Legislativo não deveriam interferir em uma "questão militar". O relator da CPI na Câmara dos Deputados, Marco Maia (Partido dos Trabalhadores) declarou ao *Jornal do Brasil* que a proposta não é interferir na hierarquia das Forças Armadas, mas contribuiu para a solução do problema. Ainda de acordo com o *Jornal do Brasil*, o comandante da Aeronáutica não autorizou que Waldir Pires tivesse uma negociação direta com os controladores

de vôo, alegando a quebra de hierarquia. Ambos se encontraram com o presidente Lula para discutir a crise aérea, mas ninguém fez declarações após a reunião. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 21/06/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/06/07; Folha de S. Paulo – Opinião – 22/06/07; Jornal do Brasil – País – 19/06/07; Jornal do Brasil – País 20/06/07; Jornal do Brasil – País – 22/06/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 19/06/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 20/06/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 21/06/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 22/06/07; O Globo – Economia – 19/06/07; O Globo – Economia – 20/06/07; O Globo – Economia – 21/06/07; O Globo – Economia – 22/06/07).

4- Secretário Nacional de Segurança Pública evidencia oposição em Brasília ao emprego das Forças Armadas no Rio de Janeiro

O *Jornal do Brasil* noticiou que durante a abertura de um seminário sobre regularização fundiária na Rocinha e no Vidigal, favelas do Rio de Janeiro, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, afirmou que o envio de tropas do Exército ao Rio de Janeiro esbarra em fortes opositores em Brasília. Segundo ele, muitos apontam a inconstitucionalidade da atuação das Forças Armadas no combate ao crime organizado no Rio, dentre estes o ministro da Justiça, Tarso Genro, membros da Secretaria Nacional de Segurança e também próprios militares. O pedido do auxílio das tropas foi realizado em abril e ainda não foi oficialmente rejeitado; o Ministério da Defesa, no entanto, cedeu equipamentos, como lanchas, helicópteros e fuzis à Secretaria Estadual de Segurança. (Jornal do Brasil – Rio – 19/06/07).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP), João Paulo Guerra Rotelli (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Redatora, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Leonardo Soares de Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq), Sthéfane Torres

(Redatora, graduanda em Relações Internacionais) e Victor Missiato (Redator, graduando em História).